
CÂMARA AMBIENTAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Ata da: **77ª Reunião**
Local: **Reunião virtual**
Data: **26.06.2020**
Início: **09:00 h**
Término: **12:00 h**

Presidente: Fábio Villas Bôas
Secretária Executiva: M. Heloisa Pádua Lima de Assumpção

1. PARTICIPANTES

Fábio Villas Bôas – SINDUSCON SP – COMASP
Geraldo de Paula Eduardo – APEOP
Laura Marcellini – ABRAMAT
Lilian Sarrouf – SINDUSCON SP – COMASP
Rivaldo Franca Mello – AESAS
Rodrigo Bicalho – SECOVI
Vanessa Dias – SINDUSCON SP – COMASP
Wilson Castilho - ABCR
Christiane Hatsumi Tajiri – SIMA - CPLA
João Potenza – CETESB
João Antonio Romano – CETESB
Márcia Sayuri Ohba – CETESB
Maria Heloisa P. L. Assumpção – CETESB
Rodrigo Passos Cunha – CETESB
Sérgio Alex – CETESB
Solange Medeiros Miranda – CETESB
Vivian Marrani Marques – CETESB

2. ASSUNTOS TRATADOS

Heloisa deu início à reunião apresentando a Sra. Vivian, gerente da Divisão de Coordenação Setorial. Vivian cumprimentou a todos, falou da importância da gestão participativa e citou a diretriz da Sra. Presidente: CETESB de Portas Abertas que visa acolher o setor em reuniões. Falou que está atualizando o site das Câmaras e que o da CA Construção precisa ser revisado. Esclareceu que as convocações das reuniões plenárias serão feitas em mais de uma etapa, com lembrete feito próximo à data da reunião.

Na sequência, cada um dos presentes se apresentou. Heloisa esclareceu que a ata da última reunião foi encaminhada a todos, por e-mail, consultou se alguém teria alguma contribuição e como não houve manifestação, a ata foi considerada aprovada.

Fabio passou a palavra ao Rodrigo Cunha, coordenador do GT de Rodovias, que informou que, com relação à revisão da Resolução SMA 30/2000, que dispõe sobre o licenciamento/cadastramento de áreas de apoio em rodovias, apesar dela já ter sido aprovada pela plenária, como foi necessário efetuar alguns ajustes, ele faria uma nova apresentação. Ressaltou que em 2000 a citada Resolução já era de vanguarda, por ser autodeclaratória, que serviu de base para outros estados e que o texto atual é ainda mais abrangente. Na sequência, apresentou um powerpoint com os principais aspectos da Resolução, a ser enviado a todos. Heloisa parabenizou os trabalhos do GT e solicitou à PDC que verificasse como tramitou a Resolução SMA 70 para a continuidade e publicação da nova resolução. Vivian ficou de verificar e informar. Fábio e Wilson também parabenizaram o Rodrigo pela persistência e pelo trabalho.

Rodrigo informou que o próximo passo é o da regularização das rodovias, pois atualmente somente 10% da extensão de 24 mil Km de rodovias existentes no Estado possuem Licença de Operação. Tem que existir um programa de regularização e essa é uma demanda forte do setor. Além disso, é necessário aperfeiçoar o licenciamento de obras rodoviárias com o estabelecimento de procedimentos e critérios mais bem definidos. Para isso ele vai formular uma proposta de plano de trabalho, relativa à regularização de rodovias, de acordo com modelo fornecido pela PDC.

Márcia, coordenadora do GT Solo, informou que o Vladimir está conduzindo a questão de disposição de solo relativa à ANM, à nível federal. Ainda, com relação ao problema dos aterros não estarem aceitando solo não contaminado, de área declarada contaminada, informou que foi consultado o Elton, do Departamento de Áreas Contaminadas da CETESB, em uma reunião, e que o setor ficou de formular uma questão a ele a esse respeito. Com relação à aproximação à ABETRE, o ideal é que esta ocorra após a resposta à consulta.

Fábio citou o problema da lei da balança que exige a redução do volume de areia e brita transportado, o que aumenta o número de viagens, onera o setor e traz impactos ambientais.

Christiane, coordenadora do GT de Sustentabilidade, informou que a SIMA/CETESB e Sinduscon elaboraram uma minuta de documento com propostas para diretrizes e critérios de sustentabilidade para o novo Decreto de Compras Sustentáveis para direcionar editais da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC. A próxima etapa será validar essas diretrizes com a Secretaria da Fazenda. Afirmou que estabelecer políticas públicas de sustentabilidade é fácil, mas o ponto é descobrir como implementá-las.

Lilian, também coordenadora do GT, esclareceu que os trabalhos do grupo foram prejudicados pela pandemia, mas que o estabelecimento dessas diretrizes, após consenso, é um produto do GT, e elas representam um avanço, pois podem ser utilizadas em políticas municipais e estaduais. Acha importante passar para todos para eventuais contribuições. A Christiane falou que enviará as diretrizes a todos e ficou de apresentá-las na próxima reunião da Câmara.

Lilian pediu sugestão de tema a ser abordado no GT. Fábio sugeriu passar para a Christiane o Manual de escopo para contratação de projeto, pois acredita que 99% do sucesso está na especificação do projeto, pois 88% do custo está na manutenção. Questionou se estavam considerando o BIM. Lilian esclareceu que não, pois o foco estava na PEMC. Fábio sugeriu ampliar o escopo e a Denize ficou de verificar se há abertura na legislação para isso.

Denize esclareceu que, geralmente o estado quase não constrói e sim loca prédios antigos existentes e que poucas adaptações ocorrem, dada a dificuldade para o retrofit legal. Fábio sugeriu o GT demonstrar o custo dessa ineficiência e da não sustentabilidade na operação dos edifícios como convencimento ao poder público, e que, talvez, contratos mais longos permitissem tais adaptações, mas a Denize esclareceu que existem limitações legais a extensão de contratos, por mais de 60 meses. Para a construção de escolas e presídios é evidente a vantagem da adoção de projetos voltados à melhoria do uso e operação sustentável. Denize afirmou que o Programa Município VerdeAzul-PMVA incentiva a construção sustentável, mas é uma iniciativa pontual, deveria ser uma política pública estadual uníssona. Quem faz os editais deveria comparar os custos imediatos com o custo total no ciclo de vida do produto e, caso não se respeitasse isso, deveria ser penalizado, o que não ocorre. A Denize e o Fábio citaram a importância de se criarem indicadores para edificações, apesar de não saberem, ainda, como obrigarem aos prédios públicos terem esses parâmetros. Heloisa ressaltou a importância dos trabalhos do GT Sustentabilidade na busca desses caminhos. Denize citou que foi criada uma Secretaria nova: Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, que vai tratar da compras e contratações sustentáveis e que talvez tenha interface com os trabalhos da Câmara. Ela vai verificar. Fábio citou trabalho junto com o Santander e pediu para a Lilian verificar se eles poderiam contribuir com algum projeto.

Fábio citou que, as vezes, com investimentos pequenos é possível obter ganhos significativos na fiscalização, como por ex. a instalação de TAGs em caçambas de resíduos a serem controladas por GPS nos pedágios. João concordou e informou que a CETESB está desenvolvendo, junto a ABETRE, o SIGOR Indústria e, também, buscando um aplicativo para celular para RCC, que possa rastrear o transporte desses resíduos, aos moldes do que ocorre no UBER. A CETESB está firmando parcerias com o setor privado para a modernização de sistemas de controle.

A próxima reunião plenária da CA Construção foi agendada para 25.08.2020, às 9 h.

Eng.º M. Heloisa Pádua Lima de Assumpção - Secretária executiva da CA Construção